



Agosto | 2006

Jornal do

Sintrajuf

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Pernambuco

Filiado à CUT e à Fenajufe

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

PCS continua à espera

O Plano de Cargos e Salário dos servidores está próximo da reta de chegada, mas há um muro de concreto impedindo. Deputados governistas acham melhor implodir o paredão, enquanto os da oposição preferem quebrá-lo a marretadas. E nesse impasse, ninguém chega a lugar algum. A metáfora explica bem o descaso dos parlamentares da Câmara com os compromissos assumidos perante a nação. O PCS é exemplo vivo disso.

No esforço concentrado da primeira semana de agosto, a meta era

possibilitar a votação da MP dos aposentados. Entretanto, a disputa eleitoreira acabou por inviabilizar qualquer votação na Câmara. Tanto fez a bancada aliada que conseguiu arrastar a votação ao ponto da medida caducar no último dia 10 do mês, proporcionando a possibilidade de desbloqueio momentâneo. Mas essa não é a única matéria que precisa ser aprovada. O excessivo período sem apreciação de nenhuma matéria ocasionou o acúmulo. São quase 20 MPs que estão na pauta. Entre elas, a que reconhece as Centrais Sindicais

e as que concedem o reajuste aos Servidores Federais que podem suscitar polêmica na discussão.

“Outras medidas provisórias podem apresentar problemas, como a que reajusta os vencimentos dos servidores públicos, pois mais de 200 emendas foram apresentadas por servidores e isso pode arrastar a votação do plano para outubro”, afirma Kátia Saraiva, presidente do Sintrajuf-PE. A previsão é realista, pois o esforço concentrado de apenas três dias pode não ser suficiente

para a discussão de tantas matérias.

Apesar das dificuldades, a categoria precisa estar acompanhando, atenta, e mobilizada. Por enquanto, o único impedimento que se apresenta para a aprovação do plano é a ausência de trabalho no plenário da Câmara. Porém, caso apareça qualquer outro empecilho, a categoria terá que voltar à luta imediatamente. “Aconteça o que acontecer, o Governo e o Supremo tem que dar os meios para a implementação do PCS”, completa a presidente.

CUT convoca mais mobilização

A CUT convoca para, na primeira semana de setembro, durante o próximo esforço concentrado na Câmara, haver mais mobilização por parte dos representantes das entidades filiadas. É papel de todos os servidores contribuir para essa luta pressionando os parlamentares. Neste sentido, a Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef) realizará atividades no Congresso com o objetivo de que as MPs sejam aprovadas com as emendas que

apresentarem suas reivindicações.

A Fenajufe está promovendo forte campanha para a mobilização dos servidores na luta pela aprovação do PCS. Na página da federação há um modelo de carta para ser enviada aos deputados, exigindo o desbloqueio da pauta para que a votação do plano seja finalmente realizada. É possível acessar esse modelo e enviá-lo através da própria página do Sintrajuf-PE, clicando no link disponível em destaque.

Presidente da Câmara reafirma apoio ao PCS

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, recebeu os coordenadores da Fenajufe Rogério Fagundes e Roberto Policarpo no dia 23 de agosto. O objetivo da audiência foi para solicitar empenho para o destrancamento da pauta de votação do plenário da Casa e a imediata aprovação dos PCS do Judiciário e do Ministério Público.

Rebelo garantiu todo o empenho durante o esforço concentrado de 4 a 6 de setembro para destrancar a pauta e votar os PCS do Judiciário e Ministério Público. Na ocasião, o

presidente afirmou não haver impedimento político para a votação dos projetos que reestruturam os planos de cargos e salários do Judiciário e do MPU. Segundo ele, o impasse é de caráter regimental - ou seja, a falta de acordo para votação das 20 medidas provisórias que bloqueiam a pauta.

Há ainda a possibilidade de ampliar o próximo período de esforço concentrado para a segunda semana de setembro, proporcionando assim mais quatro dias para aprovar os projetos emperrados.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

Direitos: luta sem tréguas, ataques sem limites

Já dura 11 anos a política de arrocho salarial dos servidores públicos. Além desse fato, outra questão paira no ar: quanto tempo mais teremos pela frente sem que haja a definição de uma política de reajuste salarial para os servidores públicos federais?

Bom, pelo que parece ninguém, absolutamente ninguém, exceto os próprios interessados, estão preocupados com isso. A CF é clara em seu art. 37: aos servidores é assegurada a revisão geral e anual da sua remuneração. No entanto, o governo, que não cumpre a norma, também não é condenado a cumpri-la pela justiça federal.

Diante dessa “parceria”, restam aos servidores uma única alternativa: batalhar pelo direito à irredutibilidade do salário ante as negativas do

governo. Com isso, são levados a utilizarem a única arma que os resta: a greve.

Porém, a mesma justiça que permite ao governo descumprir a lei sem embargos, tenta impor limites, completamente subjetivos e injustos, à legítima luta dos servidores. A arbitrariedade nesse caso impera.

Não falamos da justiça em seu termo amplo, mas ao órgão que representa a Justiça Federal em nossa jurisdição: o TRF 5ª Região, que, por iniciativa do Juiz Presidente, Desembargador Francisco Queiroz, baixou resolução proibindo literalmente, pasmem, “a greve pelo PCS”, sob pena de desconto dos dias parados.

Diferente foi o posicionamento do STF e do STJ, que cientes das dificuldades dos servidores para manter o nível salarial, em

nenhum momento tentou reprimir a greve e negociou os dias parados logo após a suspensão do movimento paredista. O acordo firmado estabeleceu o pagamento dos dias parados em troca do compromisso dos servidores de pôr o serviço em dia.

No TRF, também se propagou que o PCS dos servidores iria inviabilizar a criação de novas varas federais, num argumento semelhante àqueles utilizados no início dos anos 90 que imputava aos servidores públicos a culpa pela falta de investimentos sociais. No entanto, parece ter sido outro o entendimento do Conselho Nacional de Justiça, que, em sua análise orçamentária demonstrada na sua justificativa, apontava recursos suficientes para a implantação do PCS em três exercícios fiscais.

Diante desses fatos, resta-nos as indagações: estará certa a decisão administrativa da 5ª Região, que lançou os seus tentáculos repressores sobre os funcionários de todas as sessões judiciárias de sua jurisdição? Ou estará certa a postura do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Superior Eleitoral, que reconheceram como legítima a luta dos servidores para manter seus direitos, sempre ameaçados pelo governo federal?

As respostas poderão ser diversas dependendo de quem as respondam, mas, independentemente delas, os servidores devem repudiar as ações que atentam violentamente contra a sua organização sindical e o seu direito de lutar.



PCC volta a atacar

Mais uma onda de ataques abala a maior cidade do País. Assim como nas duas primeiras vezes, em maio e em julho, a madrugada do dia 7 de agosto foi de terror em São Paulo. O crime organizado promoveu uma série de atentados – no mais violento deles, chegou a explodir uma bomba na sede do Ministério Público estadual, na região central da capital.

Como já é costume na

capital paulista e nas cidades vizinhas, vários ônibus foram incendiados. Agências bancárias, caixas eletrônicos e postos de gasolina também foram alvo do Primeiro Comando da Capital, o PCC. A facção criminal ainda atacou um supermercado, a Guarda Civil, a Secretaria da Fazenda e o estacionamento do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic). Os

policiais fecharam a rua em frente ao prédio do órgão para evitar novos ataques.

Enquanto isso, a população vive sob constante medo. O clima de guerra civil influencia também o transporte público – com medo de depredação, as empresas de ônibus colocam nas ruas poucos e mal conservados ônibus.

O Estado reluta em aceitar ajuda federal. O crime

consegue mudar a rotina dos paulistanos, que se sentem acuados e sem ação. A polícia teme os bandidos, que mostram poder de força e organização a cada atentado. A política de segurança pública está nitidamente falida, e ninguém resolve a situação. Até quando vão esperar a próxima onda de ataques para começar a agir? Essa é a pergunta pela qual São Paulo anseia pela resposta.

Incorporação de Quintos no TRT

No dia 13 de julho, foi divulgado na Intranet do TRT 6ª região a suspensão do pagamento dos quintos que havia sido incorporado aos salários em abril deste ano, embora houvesse determinação da Presidência neste sentido desde dezembro de 2005. O TST, porém, somente começou a repassar a verba solicitada em abril.

Diante da suspensão, o Sintrajuf-PE procurou solucionar o problema juntamente com a Astra e Assojaf. Durante esse período, foram feitos contatos com a presidência do TRT, com o diretor geral do TST e com o secretário do Conselho Superior da JT. Também foi pedido à Fenajufe que atuasse junto ao Colégio de Presidentes e Corregedores do

TRT (Coleprecor).

A Fenajufe solicitou a inclusão do tema na pauta e participou da reunião do Coleprecor apresentando defesa oral para que se fosse restabelecido e uniformizado o pagamento dos quintos em toda a Justiça do Trabalho. Os membros concordaram com o pleito e solicitaram ao TST a liberação dos recursos orçamentários necessários à incorporação.

Vitória - Felizmente, após o esforço das entidades, o benefício voltou a ser pago no aos servidores do TRT na segunda metade do mês de agosto, restabelecendo o direito. Isso mostra que é necessário a união de todos na nossa luta diária para obter vitórias.

Direção Estadual da CUT toma posse

No dia 25 de agosto foi realizada festa de posse da nova direção da CUT-PE para o triênio de 2006 a 2009. Kátia Saraiva, presidente do Sintrajuf-PE, faz parte da nova diretoria. Na ocasião, comemorou-se também o 24º aniversário de fundação da Central Única dos

Trabalhadores. Neste mesmo dia toda a direção participou de um seminário de planejamento e discutiu estratégias para o próximo semestre. O evento contou com ampla participação dos trabalhadores e dirigentes sindicais.

Publicação mensal do Sintrajuf (distribuição gratuita) | Jornalista responsável: Bruno Fernandes (DRT/PE 3648) | Diagramação: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Redação: Rua do Pombal, 52, Santo Amaro, Recife-PE, 50100-170 | Fone: (81) 3421.2608 | Fax: (81) 3221.3488 | Site: www.sintrajufpe.org.br | E-mail: sind@sintrajufpe.org.br | Tiragem: 2800 exemplares | Impressão: MXM Gráfica | Diretoria: Kátia Albuquerque (presidente), Isaac Oliveira (vice-presidente), Argissa Pereira (secretária geral), Alexandre Pereira (1º secretário), Antônio Feitosa (1º tesoureiro), Ricardo Almeida (2º tesoureiro), Carlos

Fernandes (diretor jurídico), Lúcio Vanderlei (diretor de sindicalização), Benedito Moura (diretor de relações sindicais), Antônio Queiroz (1º suplente), Ricardo Sales (2º suplente), Paulo Fernando (3º suplente) e Guido Oliveira (4º suplente)



expediente

Eleições sindicais



Fotos: Arquivo Sintrajuf
Comissão Luís Fernando (TRF), Edmilson Marinho (JF), Isaac Oliveira (JF), Sérgio Nery (TRT) e Alessandro Silva (TRT)

No dia 6 de novembro encerra-se a gestão da atual diretoria do Sintrajuf-PE. A fim de preencher os cargos que ficarão vagos, o Sindicato está realizando eleições nos dias 18 e 19 de outubro. O edital de convocação foi publicado no Diário de Pernambuco em 19 de julho e o calendário eleitoral já está sendo cumprido. O prazo para a inscrição das chapas está aberta desde o dia 23 de agosto e seguirá até o dia 1 de setembro.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de agosto na sede do Sintrajuf, foi escolhida a Comissão Eleitoral que presidirá os trabalhos na forma do Estatuto e do Regimento Eleitoral. A Assembléia contou com expressiva participação de servidores e elegeu como os membros da Comissão Luís Fernando (TRF), Edmilson Marinho (JF), Isaac Oliveira (JF), Sérgio Nery (TRT) e Alessandro Silva (TRT).



Reestruturação das FCs

No dia 12 de julho, a direção do Sintrajuf-PE, representada por Benedito Moura, Ricardo Almeida e Isaac Oliveira, juntamente com Jacqueline Albuquerque (Fenajufe), reuniram-se com a Presidente do TRT, Dra. Lourdes Cabral, para tratar da proposta da Administração sobre a reestruturação das funções comissionadas (FCs) a partir da aprovação do PCS.

Com a aprovação do Plano e criação da GAE e GAS (Gratificação para Oficial de Justiça e Agente de Segurança), as FCs que hoje são ocupadas por estes servidores podem ser disponibilizadas para a administração.

Sendo assim, a administração do TRT tomou a iniciativa de apresentar ao Pleno uma proposta de

reestruturação dessas Funções. Considerando várias sugestões dos juízes do Pleno, foi constituída uma comissão a fim de analisar a matéria.

O Sintrajuf-PE, após tomar conhecimento do assunto, solicitou o adiamento da discussão e a sua participação na elaboração da proposta, no que foi atendido pela presidente.

Após discussão, a assembléia da categoria deliberou que a proposta da administração valoriza a primeira instância, sendo esta uma reivindicação histórica dos servidores da Justiça do Trabalho e, com isso, apóia a iniciativa, apesar de alguns itens merecerem melhor avaliação. A proposta dos servidores foi protocolada no dia 3 de agosto.

Seminário dos Agentes de Segurança

Promovido em conjunto pela Fenajufe e Agepoljus, aconteceu em Brasília o II Seminário Nacional dos Agentes de Segurança do Judiciário Federal. O Sintrajuf-PE foi representado por Fernando Guimarães (JF), Elvson Cardoso (TRT), George Paixão (TRE) e João Paiva (TRF).

O evento, ocorrido no dia 11 de agosto, tratou de temas como a importância dos avanços da categoria em conquistas como a Gratificação de Atividade de Segurança no novo PCS. A pauta também contou com a discussão sobre a profissionalização e aprimoramento da segurança no Judiciário, polícia judicial e porte de arma.

Plano de Saúde

Apesar da administração do TRE ter aumentado sua participação no Plano de Saúde, a situação desse benefício é muito grave, pois o preço elevado inviabiliza a utilização por parte de alguns servidores que não têm condições de pagar. Em assembléia, foi deliberado que deveria se iniciar uma discussão com uma reunião com assessor econômico para esclarecer a situação orçamentária desse benefício trazendo elementos para uma discussão mais aprofundada.

Filha do autor da PEC 002/03 é demitida

Uma das lutas dos Sintrajuf-PE é contra a aprovação da PEC 002/03, que efetiva os servidores requisitados. A proposta visa criar, via Constituição da República, um atalho para efetivar uma pessoa em um cargo para o qual ela não prestou concurso, em um órgão do qual ela não faz parte do quadro de servidores. O autor dessa ode explícita ao nepotismo é o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB-PE).

Coincidentemente – ou não, o presidente da Câmara Aldo Rebelo decidiu iniciar a “Operação Caça Fantasmas”, visando acabar com a farra de ocupantes de cargos de natureza especial (CNE), indicados por políticos e ganhando salários de até R\$8.200. Rebelo ficou surpreso ao saber que a filha do próprio Patriota é funcionária da Câmara, apesar de estudar em Salvador. Sem muitas delongas, ela foi

demitida no dia 22 de agosto. Nota-se que as pretensões do autor da PEC 002/03 não deveriam ser muito nobres mesmo, mas felizmente houve uma atitude para coibir o abuso.

Em reunião no dia 23 de agosto com Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados, os coordenadores da Fenajufe Rogério Fagundes e Roberto Policarpo reafirmaram a posição contrária à aprovação da PEC 02/03. O presidente da Câmara afirmou que há um impasse no Colégio de Líderes, o que dificulta a inclusão da proposta na pauta de votação.

Fiquem atentos! A categoria pode lutar contra esse projeto através da página do Sintrajuf-PE, enviando recado aos deputados, participando do abaixo-assinado e divulgando a nota conjunta em repúdio à oficialização do nepotismo elaborada pela Fenajufe, OAB, Anamatra e Ajufe.

CUT promove reunião sobre servidores federais

A direção executiva da CUT Nacional promoveu no dia 21 de agosto uma reunião em São Paulo. Entre os presentes, o secretário geral do Sindsep e presidente da CUT em Pernambuco, Sérgio Goiana, além de membros da executiva. O encontro teve os servidores públicos federais como tema e contou com participação da Condsef, IBGE, Fasubra, CNTSS e Fenajufe.

No dia 4 de setembro, a direção da CUT fará uma

audiência com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para reforçar o pedido de liberação dos servidores para as mesas setoriais. A CUT ainda irá promover um debate com a sua direção sobre a reestruturação das carreiras no serviço público.

De acordo com Goiana, a reunião foi produtiva pois a entidade apóia a luta pela reestruturação da carreira dos servidores e entende que é necessário corrigir distorções.

Reunião Ampliada da Fenajufe

No dia 12 de agosto último foi realizada a reunião ampliada da Fenajufe, em Brasília, na qual foi aprovado um novo calendário de mobilização pela aprovação dos projetos que revisam os PCS do Judiciário e do Ministério Público. Os servidores aprovaram um calendário de atividades, com o objetivo de reforçar as mobilizações e garantir que os projetos sejam aprovados no esforço concentrado de setembro. O Sintrajuf-PE foi representado por Antônio Queiroz (delegado), Kátia Saraiva (delegada pela diretoria) e Fernando Guimarães (suplente). Confira as deliberações da reunião ampliada da Fenajufe no box

ao lado.

Aproveitando as Olimpíadas da Justiça do Trabalho que ocorrerão em Brasília no mesmo período do esforço concentrado, o Sintrajuf-PE irá convocar os atletas para fazer o trabalho no Congresso nos dias 4, 5 e 6.

A aprovação e implementação do PCS é a vitória final da categoria. Portanto, depende da pressão nos parlamentares para resolverem o impasse político partidário que promove o bloqueio da pauta. Nas páginas da Fenajufe e Sintrajuf-PE é possível enviar um modelo de carta aos 519 deputados para exigir o desbloqueio. Não deixe de colaborar com a causa!



Foto: Leonor Costa

Reunião Kátia Saraiva e Antônio Queiroz participam da ampliada



CNJ quer filtro para dar mais agilidade nos pedidos de processos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estuda a adoção de filtros para restringir o número de pedidos de processos. O órgão, criado para combater a morosidade do Poder Judiciário, espera começar a selecionar criteriosamente os trabalhos a serem feitos, evitando julgamento de casos

individuais, de pouca repercussão ou que devem ser resolvidos pela Justiça local. Também há a intenção de privilegiar os processos movidos por entidades, que representam um interesse coletivo.

O tema já vem sendo discutido pelos integrantes do CNJ, que já procuram estabelecer critérios

CNJ quer selecionar criteriosamente trabalhos a serem feitos

Deliberações da reunião ampliada

- » 31/08 a 06/09 – Jornada Nacional de Lutas
- » 05/09 – Dia Nacional de Mobilização
- » 04 a 06/09 – Envio de delegações a Brasília para atuar no esforço concentrado
- » Manter os contatos com os parlamentares nos estados e o envio de cartas aos e-mails de todos os deputados, por meio do link disponibilizado na página da Fenajufe: www.fenajufe.org.br.
- » A Fenajufe vai solicitar que o STF cobre do Legislativo uma definição para o impasse e a aprovação final do PCS.

objetivos para eleger os processos prioritários. Algumas restrições já estão até sendo adotadas atualmente pelo Conselho.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), José

Nilton Pandelot, há atualmente no CNJ 1.655 pedidos individuais e apenas 108 ações coletivas, que deveriam ser priorizadas. Dentre as matérias propostas pelas entidades, as mais frequentes são as resoluções sobre nepotismo e teto salarial.



PCC, Israel e Hezbollah – sem bandeiras brancas

A intolerância já é lugar-comum no planeta. No Brasil, o estado de São Paulo vive explosões de terror desde maio, quando o PCC começou a promover uma série de atentados. No outro lado do mundo, o Oriente Médio também vive atormentado pela violência – a região é, desde já, o local mais freqüente de guerras sangrentas deste século XXI.

No entanto, a palavra ganhou outro sentido quando dois soldados israelenses foram capturados pela exército do Hezbollah no dia 12 de julho. O que se seguiu foi uma retaliação violenta por parte da Força Armada de Israel, com ofensivas militares por terra e bombardeios com caças no ar. O grupo guerrilheiro prontamente respondeu com mais fogo cruzado.

Como sempre, quem sai perdendo nisso tudo são os civis. Uma família inteira de brasileiros foi dizimada em um bombardeio ainda na primeira semana de confronto.

Mais de 1.100 pessoas já morreram no Líbano, embora o Ministério da Saúde libanês diga que o total de vítimas seja superior, levando-se em conta corpos que continuam presos sob os escombros. Somente em um bombardeio no vilarejo de Qana, no sul do Líbano, os caças israelenses mataram 54 pessoas – entre eles, 37 crianças, além de mulheres. Mesmo com a opinião internacional revoltada com o incidente, não houve descanso na guerra. Do

lado israelense, mais de 150 já morreram.

Na contabilidade da guerra pelo país atacado, também constam um prejuízo de 3,6 bilhões de dólares: estradas, fábricas, portos, aeroportos, redes de telefonia, escolas, hospitais, postos de gasolina, instalações

militares e mais de cem pontes foram destruídas. Além disso, há mais de 900 mil desabrigados expulsos pelos confrontos na área, cerca de um quarto da população libanesa.

O exército de Israel, acostumado com as milícias palestinas do Hamas, agora enfrenta um adversário com mais poderio militar e mais treinado. O Hezbollah, também atuante como um partido no Líbano, ainda possui apoio popular por conta de sua assistência social, fato pouco divulgado no ocidente.

Apesar do caráter humanitário, o grupo xiita não deixa de ter um exército próprio e devidamente orientado contra os adversários israelenses. Enquanto isso, a Rádio Israel afirma que o Exército está convocando mais 15 mil reservistas para reforçar



operações terrestres.

Trégua frágil – Atualmente, o momento é de uma frágil trégua, firmada em resolução aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU em 14 de agosto. Isso não impediu que Israel promovesse pequenos ataques, e a situação na região está longe de ser resolvida, prevendo uma paz efêmera.

Por trás de toda a insanidade, vêm os interesses econômicos acima da vida e da morte. O império econômico mundial, através dos governos, dita quem merece o quê: à Israel, a fatura; aos palestinos, as bombas. Sofrendo no meio do tiroteio, à população só resta esperar, acuada, por ao menos uma trégua para poder fugir do conflito ou, na melhor das hipóteses, que a tolerância seja adicionada ao vocabulário

dos seus líderes. Os povos lutam em vários países contra a política de destruição do imperialismo e exigindo o fim da ocupação e dos ataques feitos por Israel.

Já no Brasil, a população tenta driblar o fogo cruzado entre a polícia do Estado de SP e a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Não poderia ser diferente, pois a mesma política econômica que cria a guerra no Iraque, Líbano e Israel, também nutre o PCC porque oferece oportunidade para poucos e marginalização para muitos. Enquanto isso, a população brasileira se vê em extremos, seja de miséria, seja de violência. Por isso mesmo, a paz não será conquistada com bandeiras brancas, mas com a luta justa por melhores condições sociais para todos.



Quintos

2002.83.00.014403-1 (6ª Vara Federal) (servidores do TRT)
Após a decisão que julgou improcedente os Embargos de Declaração opostos pela União, o Desembargador Federal Presidente não admitiu o Recurso Especial. Agora as partes terão prazo para manifestação, em seguida, poderá subir ao STJ.

2002.83.00.014402-0 (9ª Vara Federal) (servidores da JF)
Publicado acórdão dando provimento ao Agravo de Instrumento interposto pelo sindicato contra a determinação do juízo de 1ª Instância que limitou o número de substituídos em 10 (dez). Após o transcurso do prazo, os autos serão remetidos à vara de origem para prosseguimento.

2002.83.00.014405-5 (6ª Vara Federal) (servidores do TRE)
Os autos do Recurso Especial tramita no STJ, sob o nº 862119/PE, concluso ao Ministro Relator Paulo Gallotti, da 6ª Turma. Em questão de mérito, o direito à incorporação dos Quintos, até 05 de setembro de 2001, já está consolidado, não cabendo mais discussão por parte da União.

FGTS

2000.83.00.020726-3 (3ª Vara Federal)
O processo já está na Contadoria da Justiça Federal para apreciar os cálculos apresentados pela CEF e pelo sindicato.

Reenquadramento de auxiliar para técnico judiciário

2001.83.00.018440-1 (1ª Vara Federal)
Após a decisão da 1ª Turma do TRF 5ª Região, que rejeitou os Embargos Declaratórios opostos pela União, os autos foram remetidos à vara de origem a fim de iniciar a execução do julgado.

Greve - Dias Parados

2001.83.00.018950-2 (1ª Vara Federal)
Após a decisão da 6ª Turma do STJ, que por unanimidade deu provimento ao Recurso Especial do sindicato, estabelecendo a competência da Justiça Federal para julgar o feito, o processo foi remetido ao TRF 5ª Região e distribuído para o Desembargador Geraldo Apoliano para decidir sobre o mérito. Processo aguarda julgamento.



Varig não decola mais



Foto: Divulgação

Dormir no aeroporto não deve ser uma das experiências mais agradáveis do mundo. Nem tampouco perder o emprego após meses sem receber salário. Esse é o tratamento que a Varig está dando aos clientes e trabalhadores da companhia nos últimos meses. A crise da empresa tomou proporções inacreditáveis, com a total falta de respeito ao consumidor e ao empregado. Os direitos de ambos estão sendo solenemente ignorados e os novos donos parecem não se importar muito com isso.

A demissão de 5.500 funcionários da Varig, após a compra da empresa falida e com débitos, foi um golpe para os que trabalharam por tanto tempo na companhia. A TAM já está contratando pilotos, copilotos e comissários de bordo, mas a chance não é para todos.

Novamente, o Governo, que disponibiliza crédito para empresas privadas, não oferece amparo aos trabalhadores, que se vêem jogados à própria sorte. Se o Governo é o principal credor da empresa, por que não

estatizá-la, garantindo a regularidade do transporte de passageiros, a transferência do passivo para os cofres públicos e o emprego desses trabalhadores?

Somente em Pernambuco, dos 130 que trabalhavam com a companhia área, 70 já foram demitidos. Segundo Gilmar Dória, presidente do Sindicato dos Aeroviários de Pernambuco, a norma trabalhista coletiva não está sendo cumprida. “Não havia depósito de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) há dois anos, mesmo tempo em que não houve aplicação dos reajustes da categoria”, afirma. O Sindicato está entrando com uma denúncia no Ministério Público contra a Varig por conta do transtorno.

Em São Paulo, no dia 15 de agosto, cerca de 400 trabalhadores realizaram manifestação no aeroporto em Congonhas, onde se dirigiram ao Presidente Lula exigindo os seus empregos e salários. Uma luta mais do que justa em defesa das reivindicações dos trabalhadores da Varig.



Vale do Rio Doce - Vale mais do que isso!

Quem vê a propaganda na televisão pode até acreditar que se trata de uma estatal. E era. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma das empresas que mais fatura no Brasil, foi privatizada em maio de 1997 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Mesmo com um lucro mais de duas vezes maior do que o próprio valor, uma das maiores empresas de mineração do mundo foi comprada por um consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) pela quantia irrisória de R\$3,34 bilhões relativa a 41,73% das ações.

Como se pode imaginar, um crime de lesa pátria, conforme atestado pela opinião pública da época. Segundo pesquisas do próprio governo na época, 70% da população desaprovavam a venda criminoso de uma estatal tão valiosa. Entidades como a CUT, UNE e MST e personalidades da vida política nacional como Aureliano Chaves, Leonel Brizola e Barbosa Lima Sobrinho também foram contra a privatização. De acordo com especialistas, o patrimônio da Vale era calculado em pelo menos R\$100 bilhões.

Entretanto, a população brasileira pode agora ter uma esperança que essa operação criminoso seja revertida. O processo de venda poderá ser cancelado pelas mãos da desembargadora federal Selenia Maria Almeida. Ela determinou a reabertura do processo para apurar as denúncias de corrupção na venda. Segundo as acusações, houve fraude na avaliação do



Foto: Divulgação

volume total de reservas lavráveis em poder da companhia, com números quase 75% inferiores à realidade, segundo a empresa americana *Securities and Exchange Commission*.

Outra evidência grave de ter sido uma transação ilegal foi a escolha da corretora Merrill Lynch para a avaliação do patrimônio da CVRD. Ao avaliar e ex-estatal por uma quantia de cerca de 3% do que ela realmente valeria, a corretora provocou grande desconfiança. Não era pra menos: ela tem estreita relação com a empresa Anglo American, que participou diretamente do leilão da companhia.

Por fim, existe a irregularidade do consórcio ter adquirido junto com a Vale do Rio Doce minérios de Urânio, de responsabilidade exclusiva da União, e de ter internacionalizado uma área estimada em 26 milhões de hectares sem a aprovação do Congresso Nacional.

Trabalhadores querem anulação do leilão

A CUT está na mobilização popular por uma nova manifestação pública contra a privatização ilegal da CVRD, lutando por uma reestatização. No dia 14 de agosto, no Rio de Janeiro, foi dado o ponta-pé inicial para a Campanha pela Anulação da Privatização da Vale do Rio Doce. Segundo Antonio Carlos Spis, 1º tesoureiro da CUT e membro da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), a companhia é “uma empresa altamente estratégica e lucrativa, com reservas minerais para mais de 300 anos, com produtos nobres, raros, vendida por R\$ 3,3 bilhões, quando vale mais de um trilhão. Seu lucro, só no ano passado superou os R\$ 10 bilhões, mais de três vezes o preço da venda. Quanta falta faz este rio de dinheiro para o crescimento nacional, para geração de emprego e renda, moradia, estradas, saúde e

educação”.

Para garantir a anulação do leilão de privatização, a Coordenação dos Movimentos Sociais - integrado pela CUT, UNE, MST e dezenas de entidades – convoca uma ampla mobilização nacional junto à sociedade brasileira para o debate sobre a questão da Vale. “A magnitude e a profundidade deste diálogo representará um estímulo para que a CPI das Privatizações ande no Congresso Nacional, possibilitando uma maior reflexão sobre esses crimes do tucanato”, afirma Spis.

A CUT-PE já iniciou a discussão para a formação de um comitê pela anulação da privatização da Vale. Preencha o abaixo-assinado que está sendo distribuído pelo Sintrajuf-PE nos locais de trabalho. Vamos lutar em nome de nossa soberania pela anulação da privatização da Vale do Rio Doce!